

RF lança segunda fase do Programa Operador Econômico Autorizado

Para setor programa é importante para comércio internacional, além de trazer novo paradigma no controle aduaneiro do País



Na última sexta-feira, (11), a Receita Federal lançou a segunda fase do Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado (OEA), o OEA Conformidade. Lançado durante o Seminário Internacional Projeto OEA: Compliance, organizado pela Aliança Procomex e promovido pela Receita Federal, o programa visa proporcionar o aumento da competitividade das empresas que atuam no comércio exterior brasileiro ao implantar um modelo de relacionamento inovador e moderno entre a administração aduaneira e as empresas. Agilidade, segurança física e jurídica são alguns dos benefícios do programa, que já é adotado em mais de 60 países, incluindo os principais parceiros comerciais do Brasil.

Para o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, o Programa OEA representa um novo paradigma no controle aduaneiro no Brasil, “pois além de reduzir a burocracia nos trâmites

alfandegários de importação e exportação, diminui o tempo de tramitação na entrada e saída de mercadorias no País, reduz custos operacionais e propicia maior segurança logística nas operações de comércio exterior”.

Roberto Azevedo, diretor-geral da OMC (Organização Mundial do Comércio), que participou do evento por meio de uma vídeo conferência, disse que essa é uma iniciativa muito importante para promover o comércio do Brasil com o mundo e afirmou que para a economia brasileira ser competitiva, os processos de importação e exportação precisam ser eficientes. “Para as empresas brasileiras, é fundamental poder contar com rapidez e segurança, pois sem isso fica difícil pensar em integração apropriada nas cadeias globais de valor”, disse.

O diretor-geral da OMC que afirmou que esse é um passo importante na direção correta, cobrou do Congresso Nacional a aprovação do acordo de facilitação de comércio promovido pela OMC “o quanto antes”. “O Brasil tem realizado iniciativas importantes nos processos de comércio externo, totalmente alinhado com as ações da OMC. O acordo precisa da adesão de no mínimo dois terços dos integrantes da entidade e por enquanto apenas 50 países deram seu aval”, afirmou.